

PROCISSÕES DE PENITÊNCIA NAS ILHAS ATLÂNTICAS: Memórias e práticas devocionais de um passado recente nos arquipélagos da Madeira e Açores

Duarte Nuno Chaves ¹

RESUMO

O presente artigo decorre de uma pesquisa histórica e antropológica, que temos vindo a realizar, desde 2010, nos arquipélagos da Madeira e Açores, territórios insulares de Portugal, desde a primeira metade do século XV, tendo como principal objetivo interpretar a memória cultural, resultante da presença dos seculares franciscanos nestas ilhas, no período que compreende a Idade Moderna até à contemporaneidade. Estes dois arquipélagos atlânticos, tiveram um importante papel no processo da descoberta/ocupação e posterior expansão portuguesa dos séculos XV a XVII, particularmente devido à sua importância enquanto plataforma económica, técnica e cultural, nesse período, sendo paralelamente um ponto de partida de várias tradições religiosas com origem na metrópole em direção ao Novo Mundo. O texto traça um itinerário que aponta analogias entre a procissão das Cinzas, com origem no antigo convento franciscano de São Bernardino, Câmara de Lobos, no arquipélago da Madeira e sua homóloga na localidade da Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel, no arquipélago dos Açores.

Palavras-chave: Madeira. Açores. Franciscanos. Idade Moderna. Procissão das Cinzas.

PENANCE PROCESSIONS IN THE ATLANTIC ISLANDS: Memories and devotional practices from a recent past in the archipelagos of Madeira e Azores

ABSTRACT

This article arises from a historical and anthropological research, which we have been carrying out since 2010, in the archipelagos of Madeira and Azores, insular territories of Portugal, with the main objective of interpreting cultural memory, resulting from the presence of secular Franciscans on these islands, in the period that runs from the 17th century to the present. These two atlantic archipelagos, played an important role in the process of discovery / occupation and subsequent portuguese expansion from the 15th to the 17th centuries, particularly due to its importance as an economic, technical and cultural platform in the Modern Age period, being at the same time a starting point for several religious traditions originating in the metropolis towards the New World. The text traces an itinerary that points to analogies between the procession of the Ashes, originated in the former franciscan convent of São Bernardino, Câmara de Lobos, in the Madeira archipelago and its counterpart in the locality of Ribeira Grande, on the island of S. Miguel, in the archipelago of the Azores.

Keywords: Madeira. Azores. Franciscans. Modern Age. Procession of the Ashes.

PROCESIONES DE PENITENCIA EN LAS ISLAS ATLÁNTICAS: Memorias e prácticas devocionales de un pasado reciente en los archipiélagos de Madeira e Azores

RESUMEN

Este artículo surge de una investigación histórica y antropológica que llevamos a cabo, desde 2010, en los archipiélagos de Madeira y Azores, territorios insulares de Portugal, con el objetivo principal de interpretar la memoria cultural, resultante de la presencia de franciscanos seculares en estas islas en el período que se extiende desde el siglo 17 hasta el presente. Estos dos archipiélagos atlánticos jugaron un papel importante en el proceso de descubrimiento / ocupación y posterior expansión portuguesa del siglo XV al XVII, particularmente debido a su importancia como plataforma económica, técnica y cultural en el período de la Edad Moderna, siendo al mismo tiempo un punto de partida para varios tradiciones religiosas originarias de la metrópoli en dirección acia el Nuevo Mundo. El texto traza un itinerario que apunta a analogías entre la procesión de las cenizas, originada en el antiguo convento franciscano de São Bernardino, Câmara de Lobos, en el archipiélagos de Madeira y su contraparte en la localidad de Ribeira Grande, en la isla de S. Miguel, en archipiélagos de Azores.

Palabras clave: Madeira. Açores. Franciscanos. Edad Moderna. Procesión de las cenizas.

PROCISSÕES DE PENITÊNCIA - CONTRIBUTOS PARA UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

O texto agora apresentado, decorre de um estudo historiográfico e antropológico, que temos vindo a realizar, desde 2010, nos arquipélagos da Madeira e Açores e que visa compreender a memória cultural da presença dos seculares franciscanos nestes territórios insulares, no período que percorre o século XVII até à atualidade. Sabemos que é um arco temporal arrojado, mas simultaneamente estimulante.

A investigação partilhada é resultado da pesquisa que nos encontramos a realizar no âmbito dos projetos «Custódia de

¹ Doutor em História da Arte pela Universidade de Évora. Investigador Integrado do CHAM – Centro de Humanidades História da Universidade dos Açores, Portugal. E-mail: duarte.ns.chaves@uac.pt

Santiago Menor da Ordem Seráfica: Franciscanos na Madeira do Século XV ao XXI» e «Religiosidade e memória coletiva em contexto de turismo cultural. As imagens de vestir nos Açores e Madeira: Cinco séculos de um património partilhado».

A participação no «XI Congresso Internacional da Escultura Devocional» organizado pelo Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (Ceib), em outubro de 2019, permitiu ao autor deste trecho, partilhar conhecimentos apreendidos dos dois lados do atlântico e, muito particularmente, nos arquipélagos da Madeira e Açores, pontos de paragem, nos séculos XVI a XIX, para navegadores que trilhavam o oceano atlântico nas travessias da Europa para o Novo Mundo.

A prática devocional das procissões penitenciais, protagonizada pelas componentes de leigos das Ordens Religiosas, mendicantes, no espaço do antigo império ultramarino português, foi uma práxis comum, no intervalo dos séculos XVII a XIX. Coube à Venerável Ordem Terceira da Penitência, movimento de leigos franciscanos, um importante papel na propagação destas procissões durante o período quaresmal.

Na Igreja Católica o Tempo da Quaresma, desde a quarta-feira de Cinzas até ao Domingo de Ramos, decorrendo 40 dias neste período, sendo este período composto por seis domingos, que são chamados de I, II, III, IV, V e Domingo de Ramos da Paixão (VI). Para os católicos este é um tempo penitência, oração e conversão.

Se quisermos traçar um itinerário, em termos historiográficos, sobre a implantação e difusão deste fenómeno no Portugal da Idade Moderna e posterior decadência, na contemporaneidade, nomeadamente nos territórios fruto do período da expansão portuguesa, teremos, a nosso ver, que dividir esse estudo em três etapas geográficas, durante o primeiro quartel do século XVII: A fundação da fraternidade de Lisboa, na capital do império, a chegada do movimento às ilhas atlânticas da Madeira e Açores e a difusão do movimento penitente no território brasileiro.

Após o período de decadência vivido pelo movimento de seculares franciscanos durante os séculos XV e XVI, os acontecimentos pós Concílio de Trento vão promover a proliferação do associativismo de leigos. As novas condições sociais levaram a uma ação de restauração das ordens terceiras no início da centúria seguinte. A constituição destas novas fraternidades de irmãos penitentes ganha um novo enquadramento e proficuidade doutrinal, em muito motivado pelo seu estatuto de ordem religiosa secular. Em termos práticos estas associações religiosas vão desempenhar um importante papel em quatro vertentes: sacramental, espiritual, social e evangélica. A sua ação vai centrar-se na celebração dos sacramentos, nomeadamente através dos rituais de penitência como forma de alimento e fortificação da fé e ainda da extrema-unção, reconforto para que o cristão possa suportar a transição da plenitude terrena à morte. Este período pós falecimento encontrava-se inserido numa certa mentalidade setecentista e que persistiu na centúria seguinte ligada às questões da “boa morte” e conseqüente transição da alma pelo purgatório, como forma de saída para a eternidade².

É neste clima espiritual e interdependente que o movimento franciscano revitaliza a sua componente secular, precisamente no primeiro Capítulo Geral, realizado em Toledo no ano de 1606 e que se alastraria a Portugal no ano de 1615, na cidade de Lisboa, tendo como principal mentor Fr. Inácio Garcia, franciscano da Província de Mallorca. Segundo o cronista Fr. Manuel da Esperança na sua “História Seráfica da Ordem dos Frades Menores”, o movimento no final da primeira metade deste século, já contava com mais de 11.000 professos na Ordem Terceira de Lisboa³. Em 1633 os Terceiros chegam ao Porto e a Coimbra em 1650⁴.

Já por diversas oportunidades, tivemos o ensejo de escrever sobre a preponderância dos penitentes franciscanos, junto da Coroa Portuguesa, sendo um dos principais exemplos dessa realidade a inserção da Venerável Ordem Terceira de Penitência, a 17 de setembro de 1736, na Real Basílica de Nossa Senhora e Santo António, debaixo da Proteção Régia, durante o reinado de D. João V, monarca responsável pela ordem de construção do Real Convento de Mafra, Palácio Nacional de Mafra⁵. Esta fraternidade viria a desempenhar um papel de proximidade junto do poder régio, patente, aliás,

² Cf. Chaves, Duarte Nuno. 2018. **As Imagens de Vestir da procissão dos Terceiros: Um legado franciscano em S. Miguel, Açores**

³ Cf. ESPERANÇA, Manuel da (Fr.). 1656. **História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de São Francisco na Província de Portugal**. Lisboa, Officina Craesbeeckiana: 1656.

⁴ Cf. REGO, Célia, [et al.]. 2005. **Uma confraria urbana à sombra de um espaço conventual – os irmãos da Ordem Terceira de S. Francisco do Porto - espiritualidade e sociabilidade – (1633-1720; 1699-1730)**, em torno dos espaços religiosos monásticos e eclesiásticos. IHM-UP: 11-133.

⁵ Cf. Chaves, 2018: 67-68.

logo nos primeiros meses da sua fundação. Prova dessa realidade é o facto de encontrarmos no seu discretório homens da confiança do rei, como João Pedro Ludovic, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, filho do arquiteto alemão Johann Friedrich Ludwig, responsável pelos projetos da Capela do Paço da Ribeira e Palácio Nacional de Mafra, entre outras obras.

No Brasil, particularmente durante o século XVIII, estas práticas processionais adquiriram um dinamismo e fulgor únicos, patenteadas, entre outras, nas procissões da Quarta-feira de Cinzas. Sobre esta temática têm sido vários os autores brasileiros que nas últimas décadas se têm debruçado sobre este tema. Certamente que a amplitude dos textos produzidos e editados em território brasileiro, excedem em muito a informação patenteada neste artigo. No entanto, gostaríamos de destacar a pesquisa científica produzida através das investigações produzidas pelas investigadoras Maria Helena Flexor, com vários trabalhos relacionados com escultura na Bahia no século XVIII; Myriam Ribeiro, com estudos sobre a imagem religiosa, designadamente na importância da escola de imaginária de Minas Gerais, ou ainda a pesquisa efetuada por Maria Regina Emery Quites que, na sua tese de doutoramento, efetuou uma revisão dos conceitos classificativos da iconografia utilizada pelas Ordens Terceiras na sua ação de catequização no Brasil. Numa perspetiva de correlação das Ordens Terceiras em Portugal e no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, a historiadora Juliana de Mello Moraes tem dedicado o seu trabalho ao estudo dos movimentos de seculares franciscanos, enquanto elementos de inserção social, junto das migrações portuguesas nas diferentes localidades do império marítimo, possibilitando que indivíduos de diferentes condições sociais e profissionais conseguissem a obtenção de patentes fundamentais para garantir a sua inclusão nas corporações sociais, nomeadamente no Brasil⁶

BREVE CARATERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA DOS ARQUIPÉLAGOS DA MADEIRA E AÇORES

O estudo de caso que aqui apresentamos, acha-se balizado nos denominados arquipélagos dos Açores e Madeira que são dois espaços insulares e atlânticos, partes terreas que integram a atual designação da Macaronésia, conjuntamente com os arquipélagos vizinhos das Canárias e Cabo Verde.

Figura 1. Mapa com a representação do espaço geográfico da Macaronésia.



Fonte: Grafismo de Laura Catarina Nunes, 2020.

O arquipélago da Madeira encontra-se a sudoeste dos Açores, ao longo da costa de Marrocos, sendo formado pelas ilhas da Madeira e Porto Santo, com uma população de 267.785 habitantes (de acordo com os censos de 2011) e pelos subarquipélagos desabitados das Desertas (Ilhéu Chão, Deserta Grande e Búgio) e Selvagens (Selvagem Grande, Selvagem Pequena, Ilhéu de Fora, juntamente com dezasseis ilhéus de menor dimensão).

Os arquipélagos da Madeira e Açores, que já se encontravam referenciados na cartografia europeia, desde meados do século XIV, tiveram os seus processos de povoamento e imposição de direito de propriedade, por parte de Portugal, na

⁶ Cf. MORAES, Juliana de Mello. 2005. “Da qualidade de irmãos terceiros franciscanos: formas de inserção e afirmação social das elites locais nas suas margens do Atlântico, século XVIII”, in: O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa, FCSH-UNL.: 10-18.

primeira metade do século XV. A Madeira no período de 1418 a 1420 e, os Açores, de 1432 a 1450. Em termos geográficos o arquipélago açoriano é composto de três grupos de ilhas, num total de nove, localizadas entre 1.200 e 1.600 quilómetros a oeste e na mesma latitude de Portugal Continental. Contam atualmente com uma população global 246.102 habitantes (de acordo com os censos de 2011), distribuídos de forma irregular pelas várias ilhas, concentrando-se mais de três quartos da população do arquipélago nas ilhas de São Miguel e Terceira.

O arquipélago da Madeira encontra-se a sudoeste dos Açores, ao longo da costa de Marrocos, sendo formado pelas ilhas da Madeira e Porto Santo, com uma população de 267,785 habitantes (de acordo com os censos de 2011) e pelos subarquipélagos desabitados das Desertas (Ilhéu Chão, Deserta Grande e Búgio) e Selvagens (Selvagem Grande, Selvagem Pequena, Ilhéu de Fora, juntamente com dezasseis ilhéus de menor dimensão).

Figura 2. Mapa com a representação do espaço geográfico dos arquipélagos da Madeira e Açores.



Fonte: Grafismo de Laura Catarina Nunes, 2020.

12

Enquanto arquipélagos com soberania portuguesa, tiveram uma ação importante no processo da descoberta/ocupação e posterior expansão de Portugal nos séculos XV a XVII. Estes espaços geográficos insulares, exerceram relevantes papéis enquanto áreas estratégicas, zonas económicas e ainda de apoio à navegação oceânica. Segundo o historiador madeirense Alberto Vieira “Para nós, insulares, as ilhas são quase sempre o centro do mundo, mas a Historiografia europeia sempre as definiu como escalas, pontes entre o Novo e o Velho Mundo”⁷. Ainda segundo este investigador, o facto de estes arquipélagos estarem no mesmo espaço oceânico, eixo fundamental para a expansão europeia, particularmente para os impérios ibéricos, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, gerou uma maior aproximação cultural entre estas duas regiões⁸.

A Madeira foi o primeiro arquipélago a apresentar uma ocupação efetiva do império português, sendo que esta situação motivou a implementação de um conjunto de estruturas institucionais, sociais e de governança que seriam mais tarde replicadas em outros espaços de ocupação portuguesa⁹. Paralelamente na Madeira e posteriormente nos Açores, foram desenvolvidas um conjunto de orientações económicas e de produção, que viriam a definir a economia agrícola implementada nos territórios do além-mar do Império Português. Entre muitos exemplos, podemos destacar a importância da produção da cana sacarina nestas ilhas e consequente exportação do chamado “Ouro Branco” que, em muito, no século XVI e que posteriormente, no século XVII, contribuiu para os ciclos migratórios de colonos madeirenses e açorianos, enquanto mão de obra especializada, em direção às plantações de cana de açúcar no Brasil.

Nos séculos XV e XVI a Madeira posiciona-se como a primeira área de ocupação atlântica, pioneira na cultura e divulgação do açúcar ao Novo Mundo. Neste contexto a Madeira manteve uma posição relevante, por ter sido a primeira área do espaço atlântico a receber a nova cultura. E, por isso mesmo, Misericórdia de S. Jorge, Velas, S. Jorge:45.foi aqui que se definiram os primeiros contornos desta realidade, que teve plena afirmação nas Antilhas e Brasil. Foi na Madeira que a cana-de-açúcar iniciou a diáspora atlântica. Aqui tornaram-se evidentes os primeiros contornos da estrutura social (a escravatura), técnica (engenho de água) e urbana (trilogia rural) que materializaram a civilização do

⁷ Cf. Viera Alberto. 2017. “Memória e Identidade Insular de Gaspar Frutuoso à atualidade” in: AÇORES E MADEIRA: PERCURSOS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE. DUARTE NUNO CHAVES (COORD.). Santa Casa da da Misericórdia de S. Jorge, Velas, S. Jorge:45.

⁸ Cf. Idem: 49.

⁹ Cf. Idem:277.

a diáspora atlântica. Aqui tornaram-se evidentes os primeiros contornos da estrutura social (a escravatura), técnica (engenho de água) e urbana (trilogia rural) que materializaram a civilização do açúcar¹⁰.

Em termos gerais e analisando quase seis séculos de identidade partilhada, entre estes dois conjuntos arquipelágicos, poderemos dizer que o seu relacionamento foi sempre uma consequência do imaginário histórico-cultural insular, alimentado em grande parte de memórias comuns que construíram a sua identidade singular e coletiva. Com uma matriz fortemente religiosa, desde o período do povoamento até a atualidade, a fé foi um catalisador para ultrapassar momentos de grande aspereza social motivadas pelo isolamento a que estas ilhas estiveram sujeitas¹¹. A nível económico e comercial, madeirenses e açorianos por diversas vezes cruzaram interesses de uma forma mais acentuada da Madeira para os Açores, nos séculos XV e XVI¹². As rotas marítimas, como única forma de contacto, até ao século XIX e posteriormente as ligações aéreas da segunda metade do século XX, sempre mantiveram estes povos insulares em permanente boa vizinhança cultural e económica.

As ilhas, para além da já mencionada plataforma “giratória”, económica e técnica, no meio do atlântico, foram também um ponto de partida de várias tradições religiosas com origem na metrópole em direção ao Brasil. Neste contexto a disseminação dos ideais de evangelização franciscana seiscentistas, executada nos territórios fruto da expansão do império, particularmente as manifestações processionais, praticadas no período da Quaresma, tiveram estas um itinerário que aponta analogias entre as procissões realizadas na metrópole, como seja o exemplo da procissão dos Terceiros de Mafra, promovida por D. João V, em pleno século XVIII, e as suas homólogas dos arquipélagos da Madeira e Açores no mesmo período.

O atual estudo pretende testemunhar essas mesmas afinidades através de uma análise circunscrita a dois fenómenos processionais, que chegaram até a atualidade, nas localidades da Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel, no arquipélago dos Açores e em São Bernardino, Câmara de Lobos, no arquipélago da Madeira.

AS PROCISSÕES DE PENITÊNCIA NA MADEIRA

Em 2019 e 2020 celebram-se os 600 Anos do Descobrimento das Ilhas da Madeira e Porto Santo pelos portugueses. No quadro do processo de evangelização encetado pelos franciscanos, a inserção dos frades na sociedade madeirense, ocorreu pelo facto dos ideais mendicantes potenciarem o envolvimento dos leigos nas atividades de evangelização, articularmente pelos movimentos de seculares franciscanos, permitindo, assim, o enquadramento religioso das populações. Esta ligação entre regulares e seculares teve como fruto a participação das fraternidades da Venerável Ordem Terceira da Penitência, a partir do século XVII, nas celebrações das festividades da Semana Santa através do culto pascal da Paixão, Morte, Sepultura e Ressurreição do Senhor. Os franciscanos foram ainda os únicos religiosos regulares que exerceram ofício de «Cura de Almas» através da pregação e da confissão e em colaboração com o clero secular. Como consequência da sua inclusão junto das populações, resulta a profunda religiosidade do povo madeirense, da qual ressalta a crença no culto do “Divino Espírito Santo”, a celebração da “Festa” natalícia e respetiva proliferação dos presépios em Lapinha, as tradicionais Missas do Parto e a realização das procissões de penitência quaresmal, tradições estas que conservam e exemplificam em pleno século XXI, a identidade cultural de madeirense e portosantenses sendo elementos de primordial importância no património cultural imaterial desta região insular.

Numa dinâmica evangelizante, particularmente durante os séculos XVII a XIX, os irmãos penitentes franciscanos vão utilizar os cortejos penitenciais no período quaresmal, como meio de eleição para a catequização de uma população maioritariamente analfabeta. Estas manifestações caracterizavam-se pela dramatização litúrgica, utilizando para esse fim um programa iconográfico composto, maioritariamente, de grupos escultóricos formados por imagens de vestir, situação que potenciou um fenómeno que se representou pela presença de rituais inerentes ao costume de vestir a escultura sacra com mantos e vestuário apropriado na caracterização dos quadros processionais.

Na procissão da Quarta-feira de Cinzas, período que dá início à época da Quaresma, quadra entendida pelos católicos como uma preparação da Páscoa, os leigos franciscanos aproveitam para historiar e dramatizar o percurso da Ordem Franciscana e do seu patriarca S. Francisco de Assis. A existência Seráfica é narrada numa procissão composta pela teatralização da liturgia, executada por intermédio de “Atores” trajados a rigor — “As Imagens de Vestir” que representam o percurso do fundador da Ordem desde a entrega da Regra em 1209 até à sua morte em 1226, sendo a sua trajetória de vida aclamada perante uma comunidade de Santos que representam a família franciscana composta pela Ordem dos Frades Menores, Ordem de Santa Clara e a Venerável Ordem Terceira da Penitência.

¹⁰ Cf. Viera, 2004.

¹¹ Cf. Chaves, 2018:11-12.

¹² Cf. França, Igor. 2017. “Contributo madeirense no povoamento dos Açores” in: Açores e Madeira: Percursos de memória e Identidade. Duarte Nuno Chaves (coord.). Santa Casa da Misericórdia de S. Jorge, Velas, S. Jorge 19-32.

A transposição desta tradição na Madeira durante a Idade Moderna terá sido amplamente difundida pelos frades menores, já que a sua presença na assistência religiosa nesta região, confunde-se com o próprio processo de povoamento da ilha, iniciado por João Gonçalves Zarco. Muito provavelmente o convento de S. Francisco, na cidade do Funchal, funcionou como um elemento difusor da dinâmica terciária junto dos restantes ermitérios da ilha. A atividade evangelizadora dos terceiros ter-se-á mantido profícua ao longo dos séculos XVII e XVIII, mas a escassez de fontes e de estudos de referência sobre as procissões penitenciais não nos permitem traçar um percurso concreto dos acervos processionais existentes na ilha até ao início do século XIX.

Na obra narrativa “Elucidário Madeirense” é referido que a última procissão de penitência na cidade do Funchal ter-se-á realizado por volta da década de 1870, na freguesia do Monte. Até à expulsão dos frades, em 1834, a procissão saía do convento de S. Francisco do Funchal, passando nas igrejas de Santa Clara e das Mercês desta cidade¹³. Este despreendimento pelas tradições penitenciais franciscanas acontece no seguimento dos “ventos liberais” que terminaram em guerra civil (1828-1834), responsável em termos ideológicos, por uma laicidade da sociedade e do próprio Estado, que seria materializada no encerramento, e conseqüente nacionalização, de grande parte das casas religiosas e extinção das Ordens Regulares masculinas de todo o território português¹⁴.

A legislação liberal foi, no entanto, omissa em relação às Ordens Seculares, tendo esta situação permitido que as capelas existentes nas igrejas conventuais ficassem a cargo das fraternidades de seculares franciscanos. O liberalismo deu início a um processo de fragmentação do movimento leigo franciscano, que veio paulatinamente a sofrer um conjunto de reveses, ampliados, já no começo do século XX, pela legislação republicana que retirou o caráter religioso aos movimentos de leigos católicos. A Lei de Separação da Igreja do Estado, de 21 de abril de 1911, proibiu qualquer tipo de ligação entre as Ordens Seculares e as Ordens Regulares. A Ordem Terceira passa a ter apenas funções de cariz social, levando-a ao mesmo patamar das restantes irmandades ou corporações de assistência ou beneficência social.

Neste contexto, ficou para a posteridade a tradição de realizar a procissão das Cinzas, subordinada ao antigo convento, com o oráculo a S. Bernardino, no concelho de Câmara de Lobos. Esta procissão de origem seráfica é a última a efetuar-se no arquipélago da Madeira, em pleno século XXI, e faz parte de um conjunto restrito de cortejos de penitência que ainda se concretizam em território português nos dias de hoje.

Figura 3. A procissão das Cinzas, subordinada ao antigo convento, com o oráculo a S. Bernardino, no concelho de Câmara de Lobos é o último cortejo processional de penitência a realizar na ilha da Madeira.



Fonte: Fotografia de Rui Camacho, ilha da Madeira, 2018.

¹³ Cf. Elucidário Madeirense – III Volume. 1998. Funchal, Secretaria Regional de Turismo.

¹⁴ Cf. Chaves, 2018: 262-272.

Embora sendo difícil traçarmos um perfil historiográfico deste evento processional, para o período pós extinção das Ordens Religiosas Regulares, podemos afirmar, baseados num critério de história comparada, e na narração do Pe. Eduardo Pereira, que assegura o dia 18 de junho de 1837, como data em que algumas das imagens da procissão foram levadas para a matriz da vila e outras para a residência de algumas famílias. Este acontecimento transporta-nos para um fenómeno singular, em que fruto da laicização da sociedade, esta procissão ganha uma nova dimensão antropológica, visível na apropriação das imagens de vestir por parte da comunidade de crentes.

A tradição de executar o cortejo de penitência na quarta-feira de cinzas perpetuou-se, num primeiro momento dirigido à igreja matriz de Câmara de Lobos, e depois com a recém-criada paróquia de Santa Cecília, passando a efetuar-se num trajeto mais curto. O préstito processional é composto, para além do Senhor dos Passos, por nove imagens de santos franciscanos, dispostas em grupos escultóricos, que ganham anualmente vida, quando repartem a sua dimensão espiritual e de piedade popular com o espaço urbano, ficando reinventadas numa missão evangelizadora em que é potenciado o ideal de aproximação entre religiosos e leigos, seguindo os propósitos que presidiram à criação das Ordens Terceiras por S. Francisco de Assis, no século XIII.

Figura 4. Durante todo o ano as imagens estão arrecadadas em casas particulares, sendo que nas vésperas da procissão são preparadas, pelas famílias que as acolhem, de forma a incorporar o cortejo processional.



Fonte: fotografia de Rui Camacho, ilha da Madeira, 2018.

Figura 5. Imagem figurando S. Benedito zelada, na habitação de uma das paroquianas de St.ª Cecília durante o ano.



Fonte: Fotografia de Elia de Sousa, ilha da Madeira, 2018.

Figura 6. Procissão das Cinzas em S. Bernardino, ilha da Madeira.



Fonte: Fotografia de Rui Camacho, 2018.

Figura 7. No dia da procissão as famílias responsáveis pela guarda das imagens depositam estas no átrio da igreja conventual para assim participarem no cortejo penitencial.

16



Fonte: fotografia de Rui Camacho, ilha da Madeira, 2018.

Figura 8. No final da procissão as imagens de vestir e as famílias responsáveis por estas, bem como a restante comunidade de crentes, reúnem-se na celebração eucarística.



Fonte: Fotografia de Élia de Sousa, ilha da Madeira, 2018.

se no arquipélago da Madeira, em pleno século XXI, e faz parte de um conjunto restrito de cortejos de penitência que ainda se concretizam em território português nos dias de hoje.

AS PROCISSÕES DE PENITÊNCIA EM S. MIGUEL

A investigação científica, relativa às procissões de penitência, nos Açores, tem nos últimos anos, apresentado um conjunto de estudos que nos permitem ter uma precessão do itinerário histórico destas manifestações desde a década de 1620 até a atualidade. Apenas as ilhas de S. Miguel e Terceira ainda mantêm algumas destas manifestações em atividade. De um total de cinco, ou eventualmente seis procissões de penitência que se realizaram na ilha de S. Miguel, no período que compreende a segunda metade do século XVI até à primeira metade do século XX, apenas uma exceção confirma a regra da quase extinção desta tradição – a cidade da Ribeira Grande, que ainda mantém em atividade a sua procissão dos Terceiros com origem na década de 1660.

Uma das principais atribuições dos Irmãos da Penitência era a organização das diversas manifestações religiosas na Quaresma, através das funções de carácter litúrgico que anunciavam um tempo de purificação e preparação para o mistério pascal. Esta liturgia era composta por cortejos processionais, de entre os quais se destacam as procissões dos Terceiros ou da Penitência, Passos, Ecce-Homo, Via-sacra e Enterro do Senhor.

No dia 16 de maio de 1624 a população de Ponta Delgada saiu à rua para assistir às cerimónias de tomada de hábito dos primeiros irmãos da Ordem Terceira da Penitência, tendo o cortejo percorrido algumas ruas desta cidade em procissão¹⁵. Este evento poderá, eventualmente, ter sido a primeira procissão de penitência da Ordem Terceira de S. Francisco na ilha de S. Miguel e uma das primeiras em todo o arquipélago, sendo que por uma questão de princípio somos levados a considerar que a fraternidade sediada nos terrenos anexos no convento franciscano de Ponta Delgada possa ter organizado manifestações de piedade popular, com carácter de permanência logo a seguir à data da sua fundação. Num livro de inventário desta fraternidade de 1702 é referida uma imagem do Senhor atado à coluna que utilizam na procissão, e uma segunda imagem de Cristo com a sua túnica. Presumimos que nesta altura a fraternidade ainda não possuía o tradicional acervo escultórico, constituído maioritariamente por imagens de vestir, elucidativo dos principais momentos da vivência da Ordem de S. Francisco¹⁶. No mesmo documento achamos uma reportagem a despesas efetuadas entre 1716/17, na qual são aludidas despesas com a procissão de penitência e as celebrações alusivas a St.^a Isabel, rainha de Portugal¹⁷.

¹⁵ Cf. APSJ, Livro de Inventário da Venerável Ordem Terceira da Penitência de Ponta Delgada, de 1702 a 1766: 87.

¹⁶ Cf. Arquivo Paroquial de São José (APSJ), Livro de Profissões da Venerável Ordem Terceira da Penitência de Ponta Delgada, com auto de abertura de 1624: fl. 3.

¹⁷ Idem: fl. 88.

Estamos em crer que as primeiras procissões Seiscentistas realizadas nos Açores, apenas contariam com a presença escultórica da imagem de Cristo à Coluna, conhecido pelos açorianos como Santo Cristo dos Terceiros. Esta teoria é alicerçada pelos desenvolvimentos acontecidos no concelho da Ribeira Grande que, em meados do século XVI, reúne um conjunto de esforços no sentido de adquirir uma imagem padroeira para a fraternidade. Ainda nos socorrendo das crónicas do frade franciscano, Agostinho de Monte Alverne, contemporâneo da fundação da fraternidade ribeiragrandense, percebemos que os Terceiros desta localidade já haviam tentado, muito possivelmente na segunda metade do Seiscentos, a aquisição no reino de uma imagem de “Cristo à Coluna” para a sua procissão de penitência. Esta intenção resultou, no entanto, numa adversidade devido a um ataque de corsários, que fez esta escultura cativa na sua viagem de Lisboa para a ilha de S. Miguel. Esta situação seria reposta com sucesso quando em 8 de Junho de 1664, aporta na costa norte de S. Miguel uma caravela transportando a referida imagem, que na atualidade e passados 356 anos, ainda percorre as ruas da cidade da Ribeira Grande, inserida na denominada procissão dos Terceiros, que se realiza no primeiro Domingo da Quaresma¹⁸.

O século XVIII representou também para os micalenses, no seguimento do acontecido, um pouco por todo o império, um período profícuo na realização das procissões de penitência quaresmal, o arquivo da Ordem Terceira de Vila Franca do Campo, menciona para essa época a existência de um livro que nomeava alguns dos irmãos incumbidos de participar nas procissões de penitência que decorreram no decénio de 1731-1741¹⁹. No concelho vizinho da Lagoa, a fraternidade instituída no convento de invocação a St.º António manteve, ao longo desta centúria, uma forte atividade de evangelização, traduzida nas múltiplas procissões que organizava. É disso exemplo a constante preocupação com a renovação do acervo escultórico da procissão dos Terceiros, ocorrida ao longo do último quartel deste século²⁰.

Apesar de não manter o mesmo rigor penitencial, em 2019, a população da cidade da Ribeira Grande recuperou a prática secular de participarem na procissão os chamados “encapuzados”, mas agora sem o recurso à prática da disciplina, da qual fazia parte o açoitamento e a autoflagelação em público. No entanto a utilização das insígnias da Ordem, mantêm-se, como sejam as cinzas, o crânio humano, a coroa de espinhos e ainda as cruzes utilizadas como adereços cénicos durante a procissão.

Figura 9. A imagem figurando Jesus Cristo à Coluna, chegada à Ribeira Grande em 1664.



Fonte: Fotografia de Duarte Nuno Chaves, ilha de S. Miguel, 2020.

¹⁸ Cf. Ribeiro, 1952: 361.

¹⁹ Cf. Tavares, João José (P.e). 1979. A Vila da Lagoa & o seu Concelho: Subsídios para a sua história. F. Carreiro da 20 Cf. Tavares, 1979:214-215.

²⁰ Cf. Tavares, 1979:214-215.

Figura 10. A tradição dos encapuzados, que remonta ao século XVII, foi retomada na Ribeira Grande em 2019.



Fonte: Fotografia de Duarte Nuno Chaves, ilha de S. Miguel, 2020.

Figura 11. A utilização das insígnias da Ordem, mantêm-se na atualidade, como sejam as cinzas, o livro com a Regra, o crânio humano e a coroa de espinhos.



Fonte: Fotografia de Duarte Nuno Chaves, ilha de S. Miguel, 2020.

As investigações realizadas pelo Pe. João José Tavares (1860-1930), no decorrer das primeiras décadas do século XX aos arquivos presentes nas igrejas do concelho da Lagoa, associadas à sua vivência religiosa iniciada no final da década de 1870, apontam-nos alguns indícios de como se estruturavam estas procissões na segunda metade deste século, embora já evidenciando algumas transformações ao rigor penitencial empregue originalmente.

Antigamente, iam nesta procissão os penitentes, praticando atos de mortificação. Extinguindo-se a disciplina de penitência pública, muitos fiéis, sem serem obrigados, mas levados tão-somente por espírito de humildade, iam em algumas procissões de penitência descalços, disciplinando-se para expiação dos seus pecados. Não somente na procissão de Terceiros, mas também de Passos e do Enterro do Senhor desta vila e também nas de Água de Pau, era grande o número destes penitentes. Iam com vestes próprias feitas de liteiro, com as caras cobertas, levando cruzeiros às costas açoitando-se, alguns com tanto rigor, que faziam correr o sangue²¹.

Outra importante descrição chega-nos através dos irmãos Joseph e Henry Bullar que realizaram uma visita a S. Miguel, em 1838. Como resultado desta visita resultou uma publicação, editada em Londres, no ano de 1841, através do livro *A Winter in the Azores and a Summer at the Baths of the Furnas*, obra que reúne os relatos da viagem, presumivelmente escritos por Joseph, médico de profissão e responsável por escritos nas áreas da medicina, geologia, botânica e filosofia, tendo contado com o apoio do irmão Henry, desenhador e pintor, que colaborou nas ilustrações. É através desta obra que nos chega uma descrição pormenorizada do ritual utilizado pelos Terceiros de Vila Franca do Campo, no decorrer de uma das suas procissões de penitência.

O livro retrata de forma primorosa a visão que estes dois viajantes desfrutaram do interior da igreja durante o sermão, achando-se a ação descrita como se de uma representação teatral se tratasse, onde os atores apresentavam papéis bem definidos. A celebração solene da missa era dirigida por um reverendo, descrito como possuidor de uma expressão intelectual, situação pouco comum na generalidade dos clérigos referenciados pelos autores ao longo desta obra. O templo estava repleto de crentes, realçando-se que a componente feminina se encontrava em maior número, em contraposição à representação masculina, que se achava representada essencialmente por “homens idosos ou de idade madura e de rapazitos”²². As mulheres, interpretadas maioritariamente por elementos de condição social inferior, envergavam o tradicional traje de capote e capelo, situação que segundo os autores originava um cenário único, constituído por capelos azuis-escuros com um lenço escarlate ou amarelo². É ainda de destacar nesta descrição a organização no interior da igreja, feita de forma hierárquica, onde as senhoras da “nata da sociedade” se deparavam diferenciadas por um vestuário distinto, envergando mantos e cabeças cobertas por “chapéus ingleses”, e posicionadas de forma discreta no interior do templo “felizmente para o bom efeito da cena”²³.

A pregação desta celebração incidia particularmente na descrição do sofrimento de Jesus Cristo nos momentos referentes aos Mistérios Dolorosos, destacando-se a exibição, no final da pregação, da imagem representando Cristo atado à coluna (até esse momento encontrava-se envolta por uma cortina), o que provocava um momento de histeria coletiva.

20

OS NOVOS PARADIGMAS: A integração do acervo processional nome speço museal

O período a que corresponde a narração efetuada pelos irmãos Bullar, acontece num momento de viragem para a importância que estas manifestações processionais passariam a ter no calendário litúrgico dos católicos micaelenses, acabando estas por decair no interesse demonstrado pela população em geral, nomeadamente ao longo da segunda metade desta centúria. Com o expirar do século XIX, todas as fraternidades da Ordem Terceira na ilha de S. Miguel, apresentam um ponto em comum, a falta de identidade franciscana no interior destas organizações, potenciadas por uma progressiva descaracterização das suas manifestações públicas, que vão culminar com uma lenta e agonizante extinção ao longo da primeira metade do século XX.

A única exceção é a procissão dos Terceiros da Ribeira Grande, em pleno século XXI, fenómeno embebido num mesmo sentido de fé católica, mas já sem a assistência de Irmãos da Ordem Terceira da Penitência e sem a presença de cortejo penitencial dos séculos anteriores, embora mantendo a mesma fonte de teatralidade, característica de algumas manifestações de cariz popular. O protocolo processional mantém alguns pontos em comum com as descrições anteriores, embora originando desenvolvimentos causados pela mudança dos “atores”, nomeadamente a perda do próprio sentido franciscano deste acontecimento, motivado por uma quase total abstração desta vivência por parte dos atuais participantes, que não têm qualquer identificação ou conhecimento com a causa mendicante.

Neste caso específico da Ribeira Grande é de destacar a substituição dos Irmãos da Penitência, na organização das solenidades, pelos Mesários da Santa Casa da Misericórdia, atuais proprietários da antiga igreja conventual e do acervo processional. No restante o momento de solenidade inicia-se com os habituais rituais litúrgicos praticados na Eucaristia que precedem a procissão. Estes acontecimentos efetuam uma correspondência à origem deste fenómeno, podemos dizer que a Missa antecedia o ato penitencial, servindo como uma introdução ou preparação da caminhada em purificação,

²¹ Cf. Bullar, Joseph e Henry. 2001. Um inverno nos Açores e um verão no Vale das Furnas. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada. 2001:96-97.

²² Idem ibidem.

²³ Idem ibidem.

sendo que nos tempos modernos, esta estabelece a comunhão entre os fiéis e o espírito de redenção. Terminada a Missa, a estrutura hierárquica do préstito posiciona-se em direção ao exterior do templo de forma a dar início ao cortejo. No topo da procissão segue o Guião, sendo secundado por uma panóplia de imagens figurativas dos principais elementos e acontecimentos da Ordem, respetivamente S. Francisco e Jesus Cristo em penitência, S. Francisco no momento da entrega da Regra pelo Papa Inocêncio III em 1209, S. Francisco no Monte Alverne, S. Francisco (isolado), S. Francisco nas silvas, S. Roque, St.ª Margarida de Cortona, St.º Ivo e St.ª Isabel, finalizando o cortejo com a imagem de Cristo atado à coluna. A este primeiro segmento da procissão segue-se um segundo, composto pelas autoridades eclesiásticas, cobertas pelo Pálio, as autoridades civis, seguindo-se as promessas, compostas principalmente por mulheres, e por fim as bandas filarmónicas.

Figura 12. O acervo escultórico composto, essencialmente, por imagens de vestir, contabiliza S. Francisco e Jesus Cristo em penitência, S. Francisco no momento da entrega da Regra pelo Papa Inocêncio III em 1209, S. Francisco no Monte Alverne, S. Francisco (isolado), S. Francisco nas silvas, S. Roque, St.ª Margarida de Cortona, St.º Ivo e St.ª Isabel, finalizando o cortejo com a imagem de Cristo atado à coluna.



Fonte: Fotografia de Duarte.

21

Figura 13. A procissão mantém nos dias de hoje grande envolvimento comunitária, mas sem ligação ao movimento franciscano.



Fonte: Fotografia de Élia de Sousa, ilha de S. Miguel, 2020.

Em 2013, todo este acervo processional foi integrado numa nova unidade museológica, inserida no antigo espaço conventual franciscano de invocação a N.^a Sr.^a de Guadalupe, situado na cidade da Ribeira Grande. Uma das consequências da criação deste espaço, denominado de Museu Vivo do Franciscanismo, foi o cruzamento de duas realidades do “Espaço Museológico”, com todo o seu enquadramento institucional, legislativo e logístico, e o “Espaço de Piedade Popular”, representado pela procissão, manifestação cingida por uma realidade social que até ao processo de musealização deste antigo espaço conventual, que se encontrava liberto de espartilhos institucionais, dependendo essencialmente dos processos de receção e transmissão da herança cultural da comunidade ribeiragrandense, independentemente da proveniência dos seus atores, quer fossem em forma de entidades individuais ou coletivas.

Passados sete anos após a inauguração desta unidade museológica, temos assistidos, com a inclusão do acervo processional no espaço museológico, a uma nova realidade, da qual se destaca a preservação da identidade material desta manifestação (acervo processional), sendo que a sua componente de imaterialidade está dependente da constante construção de um novo processo identitário individual e coletivo, resultante das novas realidades culturais e devocionais, da atualidade, obrigatoriamente distintas do que acontecia em outros períodos do itinerário de memória desta manifestação. Caberá, no entanto, à instituição museal, cumprir uma função pedagógica, criando condições para que os espaços do museu, e da própria procissão, possam preservar a memória desta comunidade e refletir os contextos históricos com quase 400 anos de realização da procissão dos Terceiros da Ribeira Grande²⁴.

²⁴ Chaves, 2018:377-379.